

DEFINIÇÃO E MENSURAÇÃO DA POBREZA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O DEBATE RECENTE

Gepherson Macêdo Espínola¹

Clóvis Roberto Zimmermann²

RESUMO

O presente artigo se propõe a fazer uma sucinta discussão sobre as diversas definições da pobreza, verificando as diferentes formas de caracterização da mesma. Algumas conceituações levam em consideração as necessidades básicas enquanto outras utilizam o padrão de vida de uma sociedade na satisfação de mínimos sociais necessários à sobrevivência física. A depender do conceito de pobreza utilizado, poder-se-á obter diferentes níveis e dados. Em virtude disso esse debate é extremamente importante, pois visa deixar claro que o marco conceitual deve ser um pressuposto fundamental na discussão desse tema e na sua metodologia de aferição. Por fim discutir-se-á a respeito da quantificação do número de pobres, também pautada em diferentes enfoques. Conclui-se que a pobreza é um fenômeno múltiplo e que a sua mensuração deve aportar as suas distintas faces e dimensões.

Palavras-chave: Pobreza. Necessidades básicas. Mínimos sociais.

ABSTRACT

This article intends to make a succinct discussion of the various definitions of poverty, checking the different forms of characterization her. Some concepts take into consideration the basic needs while others use the standard of living of a society in satisfaction of social minimums required for physical survival. Depending on the concept of poverty used, can will obtain different levels and data. Given that this debate is extremely important as it seeks to make clear that the conceptual framework should be a fundamental presupposition in the discussion of this subject and its measurement methodology. Finally it will discuss about the quantification of the number of poor, also guided by different approaches. The conclusion is that poverty is a multiple phenomenon and that its measurement should contribute their distinct faces and dimensions.

Keywords: Poverty. Basic needs. Social minimums.

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). gepherson@hotmail.com

² Doutor em Sociologia pela Universidade de Heidelberg, Alemanha. Docente do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). clovis.zimmermann@gmail.com

Introdução

O debate sobre a pobreza e as desigualdades sociais têm se destacado com maior veemência no panorama mundial no período recente, tendo em vista a percepção e a constatação do descompasso entre o desenvolvimento e a desigualdade. De fato, a despeito de todo o progresso alcançado pelas sociedades contemporâneas, observa-se, ainda, um elevado grau de concentração de renda e, conseqüentemente, um disparate muito grande em relação à qualidade de vida.

Foi no início dos anos 1990 que a preocupação com esse cenário de iniquidade e desapossamento tornou-se mais proeminente, frente ao registro de rudes condições socioeconômicas de uma parcela significativa da população, a despeito da mundialização dos mercados. Conforme Dupas (2001) convém repertoriar que a internacionalização das economias capitalistas trouxe a esperança de amenização da pobreza, já que muitos indivíduos acreditaram que os benefícios do capital seriam pulverizados notadamente pelos países periféricos, contudo registrou-se o oposto: concentração econômica e recrudescimento da pobreza e desigualdade.

A discussão sobre essa realidade e a busca de meios para superá-la passaram, então, a constituir um dos principais desafios e compromissos a serem assumidos pelos governos. Esse movimento também é explicado por um lado, pelo reconhecimento de que o crescimento econômico, por si só, não significava necessariamente uma elevação nos padrões de vida e, por outro, pela elaboração de medidas de proteção aos que se encontravam em situação de vulnerabilidade ou risco social, tendo em vista, dentre outros fatores, os impactos negativos da política neoliberal implementada nos anos 1980.

Percebeu-se ainda que o crescimento econômico verificado em muitos países periféricos foi caracterizado pela ausência de uma distribuição equânime do progresso alcançado, mantendo ou agravando, conseqüentemente, as condições de vulnerabilidade de determinados grupos sociais, que então se encontravam à margem da sociedade, seja pela insuficiência de renda ou pela falta de acesso às condições mínimas de sobrevivência.

Silva, Lacerda e Neder (2011) afirmam que foi a partir da constatação de que o crescimento econômico não significava a melhora dos padrões de vida da população pobre que a causalidade entre a renda e a pobreza foi superada, impulsionando o estudo de outras abordagens e outras dimensões da pobreza para além do fator renda.

A partir daí, políticas sociais passaram a ser desenhadas, levando em consideração análises sobre a incidência estrutural da pobreza e de seus múltiplos aspectos. Alguns organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), instigaram e fomentaram estudos sobre a pobreza com a finalidade não só de coibir a sua reprodução, como também de reluzi-la, frente à necessidade de promoção do desenvolvimento. A temática pobreza tornou-se, então, uma das pautas prioritárias para os formuladores de políticas públicas.

Nesse contexto emergiram questionamentos a respeito da definição e da mensuração da pobreza, dada a fragilidade e insuficiência do fator renda como única variável analítica. Muitos estudos foram direcionados com o intuito de subsidiar a formulação de políticas públicas de combate à pobreza com vistas à diminuição do risco e da vulnerabilidade a este problema social. Algumas questões ressoaram: Afinal, o que é pobreza? Quais aspectos estão envolvidos? Quais as características relevantes para qualificar um indivíduo como pobre ou não pobre? Renda, necessidades básicas, mínimos sociais, padrões de vida? Qual a melhor variável para classificar? Um indicador é suficiente para rotular um indivíduo como pobre? Como mensurar a pobreza?

Pautado nessas questões este trabalho objetiva travar algumas considerações a respeito da definição e da mensuração da pobreza no período recente. Para tanto inicialmente são discutidas distintas concepções (conceituações) da pobreza, pautadas em díspares enfoques, desde o fator renda – análise unidimensional, até a abordagem pluridimensional. Em seguida debate-se a respeito da identificação, classificação e mensuração dos indivíduos considerados pobres apoiado nas perspectivas então já aportadas por este estudo. Por fim, apresentam-se as considerações finais endossando a necessidade de observação da pobreza enquanto fenômeno múltiplo e o imperativo de sua mensuração a partir desse viés analítico.

Compreensão conceitual da categoria pobreza

A definição de pobreza está relacionada a algum tipo de privação cuja natureza pode ser absoluta, relativa ou subjetiva, dadas as carências de ordem material, cultural e social, em face à disponibilidade e ao usufruto de recursos de um indivíduo ou de um grupo social (KAGEYAMA; HOLLFMANN, 2006). Nessa perspectiva, inicialmente, pode-se definir a pobreza por meio de três classificações: a pobreza absoluta, a relativa e a subjetiva,

associadas, respectivamente, à não satisfação de um mínimo definido socialmente, à privação de bens e serviços considerados comuns numa sociedade e ao sentimento de impotência.

O conceito de pobreza absoluta leva em consideração as necessidades básicas e, refere-se à ausência ou insuficiência de renda para a satisfação de mínimos sociais necessários à sobrevivência física. Dessa forma, são classificados como pobres todos os indivíduos cujo baixo padrão de renda impossibilita o acesso às necessidades básicas de manutenção e sobrevivência física. Vale dizer, que essa concepção, apesar de conferir objetividade à noção de pobreza, pode ser considerada parcial, já que enfoca apenas a dimensão monetarista (econômica) e subestima outros aspectos relevantes à manutenção e reprodução da vida por não considerar variáveis não econômicas, relacionando pobreza estritamente à renda (ROCHA, 2005).

De outro lado, a noção de pobreza relativa teve sua origem explicada pela transitoriedade do que é tido como uma cesta mínima (bens e serviços) necessária à sobrevivência física. Segundo essa visão, o progresso material e a evolução dos costumes na sociedade foram, ao longo do tempo, se alternando e gerando novas necessidades que passaram a ser consideradas básicas. Sob esse ângulo, a pobreza passou a se referir a um conjunto de condições que extrapolam a esfera da renda e às necessidades básicas de sobrevivência física, dada a garantia dessas últimas (KAGEYAMA; HOLLFMANN, 2006). Por conseguinte, a pobreza, em termos relativos, pode ser definida pelas necessidades a serem satisfeitas, dado o modo de vida predominante na sociedade em análise, onde o mínimo vital é garantido a todos, ou seja, pobres são aqueles que têm as necessidades vitais garantidas, mas não conseguem usufruir, objetivamente, dos bens e serviços considerados fundamentais numa sociedade.

No entanto, conforme Rocha (2005), é pertinente ressaltar que sob o ponto de vista empírico, a pobreza absoluta e a relativa não possuem limites claros. A fim de ilustrar tal argumento, a autora afirma que mesmo as necessidades alimentares, que poderiam estar associadas à sobrevivência física remetendo ao conceito de pobreza absoluta, é alvo de controvérsias, haja vista as divergentes abordagens sobre o que deve ser considerado mínimo numa dieta, em que pese aspectos nutritivos e culturais.

Já o conceito de pobreza subjetiva se apóia no sentimento de impotência e exclusão social. Os indivíduos acometidos por essa situação são definidos como aqueles cuja renda está abaixo do que eles consideram como o imprescindível para viver. Assim, a subjetividade do conceito está relacionada à opinião dos indivíduos sobre a cesta de bens e serviços necessária

à satisfação pessoal e ao gozo da cidadania. Outro fator que caracteriza esta vertente de análise é a dificuldade de mobilidade social, dados os fatores psicológicos e as dificuldades materiais de superação de tal situação.

As recorrentes discussões acerca da temática e a abrangência conceitual permitem que a pobreza seja analisada não apenas do ponto de vista econômico (material), como também pelo ângulo das variáveis não econômicas, desse modo é possível considerá-la um fenômeno transversal cujo conceito envolve várias determinações. Embora, ao se tratar de tal assunto, haja uma relativa convergência sobre o seu significado, já que se entende pobreza como a incapacidade de estabelecimento do bem-estar humano de certos indivíduos ou grupos de indivíduos ocasionada pelo não atendimento às necessidades mais essenciais de forma adequada.

Contemporaneamente, vários estudos enfatizam a importância dos componentes não materiais em qualquer avaliação geral sobre a pobreza, apesar de reconhecerem as dificuldades concernentes à mensuração das variáveis qualitativas que mostrem a carência na satisfação das necessidades consideradas básicas à sobrevivência como alimentação, vestuário, transporte, segurança, realização pessoal, educação, dentre outras. Tal dificuldade, amiúde, influencia o estudo da pobreza apenas pelo viés das carências materiais, conferindo-lhe recorrentemente um caráter unidimensional.

Friedmann e Sandercock (1995) corroboram com a análise da pobreza para além dos componentes materiais e afirmam que na definição e na reflexão sobre os meios de como evitá-la, devem-se considerar três níveis distintos de desapossamento: o psicológico, traduzido pela depreciação da própria imagem devido ao estado de impotência; o social, representado pela dificuldade de acesso aos meios de êxito social que possibilitem uma ascensão; e o político, consubstanciado pela ausência de voz, ou seja, pelas barreiras existentes que impedem a modificação do próprio curso de vida e a participação referente ao futuro da coletividade.

Verner (2003) se apóia em argumento semelhante e defende que a pobreza, além de significar uma privação inaceitável em termos de bem-estar humano, que extrapola o fator renda e o consumo insuficiente, pode ser percebida pela falta de estima e estado de impotência que caracterizam os indivíduos atingidos por esta situação, haja vista a falta de acesso satisfatório à educação, saúde, nutrição e segurança. Assim, a destituição dos meios de sobrevivência física, a marginalização na fruição dos benefícios do progresso e a falta de

amparo público adequado impedem o gozo da cidadania e caracterizam o estado de vida dos pobres.

Nesse sentido, definir, caracterizar e, até mesmo, mensurar a pobreza num contexto multifacetado e pluridimensional, leva em consideração a compreensão deste fenômeno via aspectos culturais, políticos, sociais, étnicos, psicológicos e econômicos. Logo, tal análise, converte-se numa tarefa difícil dado o envolvimento de distintas determinações. Barbosa, Barbosa e Barbosa (2005, s/p) corroboram essa perspectiva e afirmam que:

[...] a pobreza assume outras dimensões: a *pobreza de segurança*, caracterizada por grupos demográficos que vivem em situação de risco, expostos à violência e a perseguição política e com maior vulnerabilidade a choques econômicos; a *pobreza educativa*, caracterizada por grupos demográficos cujo acesso à escola e à qualificação é negado ou dificultado, alijando-os do processo político e produtivo, impedindo-os de exercer a sua cidadania; a *pobreza em saúde*, caracterizada pela existência de grupos demográficos desprovidos de atendimento à saúde e saneamento básico, expondo-os à situações precárias de alimentação (malnutridos), doenças, altas taxas de mortalidade infantil e baixa expectativa de vida; e a *pobreza cultural*, que, difere da pobreza educativa, escapa do sistema formal, caracterizando-se pela existência de grupos demográficos expropriados de significados de concepção de mundo no contexto sócio-histórico de que fazem parte, tornando-os suscetíveis à alienação e dominação política.

Entretanto, embora haja o reconhecimento de que a pobreza é um fenômeno complexo, caracterizada por carências de diversos tipos, de modo geral e recorrente, a renda é utilizada como determinante do bem-estar – análise unidimensional. Portanto, a avaliação de sua dimensão é baseada inicialmente na insuficiência de renda para o usufruto do conjunto de bens e serviços correspondentes ao necessário para se viver em sociedade. Esse fato está associado à dificuldade de mensuração das necessidades não econômicas. Ressalta-se, entretanto, que a limitação da renda, enquanto componente isolado para a compreensão da pobreza, tem conduzido a avanços nas técnicas de mensuração que buscam aliar outros indicadores à renda.

A confecção de um conceito de pobreza deve ser um pressuposto imprescindível para a sua mensuração, visto que, dessa forma, previnem-se distorções em análises temporais quando se calcula a sua incidência em um determinado espaço físico e/ou quando se faz comparações em diferentes regiões.

A mensuração da pobreza

A mensuração da pobreza está associada, de um modo geral, à identificação dos indivíduos considerados pobres e à combinação de diferentes características da pobreza em apenas uma medida. Logo, tal análise, converte-se numa tarefa difícil, seja pelo envolvimento de diferentes definições das variáveis que serão utilizadas ou pela disponibilidade de dados que representem a situação de carência/desapossamento.

A identificação consiste na separação da população total em dois conjuntos distintos, os pobres e os não-pobres, e pode ser feita por diversas maneiras, cada uma relacionada a uma diferente concepção de pobreza. Contudo, tradicionalmente a renda é utilizada como parâmetro para aferição da pobreza. Logo, a quantificação do número de pobres é feita através de medidas monetárias, como a linha de pobreza e de indigência, onde se estabelece um certo nível de renda abaixo do qual as pessoas são consideradas como pobres ou indigentes. Caso sejam associadas outras variáveis, faz-se preciso defini-las anteriormente e a carência ou falta de acesso às mesmas condicionarão a situação de pobreza, por exemplo, tratamento de esgoto, taxa de analfabetismo e saneamento básico podem ser usados como parâmetros.

A informação oferecida pela linha de pobreza mostra a renda monetária necessária para que um indivíduo possa ter acesso a uma cesta de bens e serviços considerados essenciais à satisfação de suas necessidades básicas, sendo, portanto, um retrato da pobreza em um dado período de tempo. Já a linha de indigência mostra o indivíduo cuja renda é insuficiente para atender as necessidades nutricionais (alimentares), compondo, assim, um subconjunto de pobres – os indigentes ou miseráveis – cujo desapossamento é mais agudo. Logicamente, do ponto de vista monetário, tal linha apresenta um valor mais baixo do que a linha de pobreza, desde que se associa apenas ao rendimento necessário para atender as necessidades alimentares. Nesse ensejo, vale ressaltar que a fome constitui uma das manifestações da pobreza, que caracteriza o estado de indigência, o que não significa que todos os pobres passem fome, mas que todos os famintos são pobres (MACHADO, 2006).

No Brasil, os estudos que utilizam a renda enquanto parâmetro de aferição da pobreza adotam ou o salário mínimo para a determinação da linha de pobreza, freqüentemente $\frac{1}{4}$ do valor, ou o custo real de vida das populações de baixa renda, consoante Rocha (1996). Em tais casos a renda familiar *per capita* é adotada para confronto com a linha de pobreza justamente por agregar os rendimentos, o tamanho e o papel dos membros da família enquanto unidade redistributiva.

Ainda segundo Rocha (1996), quando se utiliza o salário mínimo como parâmetro para estabelecimento da linha de pobreza depara-se com o problema da variação do salário real no decurso do tempo, com a arbitrariedade do valor do salário mínimo, por considerar que $\frac{1}{4}$ do referido salário pode não expressar as verdadeiras necessidades, e com a existência de custos de vida distintos causados por diferenças regionais, levando-se em conta que o salário mínimo é determinado nacionalmente. Tal abordagem tende a subestimar a pobreza nas áreas metropolitanas e superestimá-la nas áreas rurais, pois, também, são ignorados os distintos custos de vida dos pobres entre as áreas urbana, rural e metropolitana.

Já os estudos que buscam refletir o custo de vida da população de baixa renda são privilegiados quando há disponibilidade e suficiência de dados estatísticos com abrangência nacional, como no caso do estabelecimento de padrão de consumo das famílias que, por sua vez, possibilita a determinação de padrões de consumo e custo de vida regionais. Nesse caso, definem-se os padrões mínimos de consumo alimentar e não alimentar a serem atendidos, para depois determinar a renda necessária à satisfação de tais necessidades por meio da linha de pobreza.

A metodologia utilizada consiste na observação do padrão de consumo alimentar da população de baixa renda, respeitando as necessidades nutricionais mínimas. Em seguida, estabelece-se uma cesta flexível, em respeito às diferenças regionais, e logo após faz-se o cálculo do valor da cesta a preços correntes regionais, daí extrai-se a linha de pobreza, considerando o valor gasto com alimentos e demais despesas básicas (ROCHA, 1997). É válido dizer que os custos com as despesas não alimentares são determinados pelo coeficiente de Engel, que corresponde a relação entre despesas alimentares e despesa total, para o mais baixo decil de renda onde são observados as deficiências calóricas. Este custo é somado ao da cesta básica para a determinação da linha de pobreza, enquanto a linha de indigência corresponde unicamente ao valor da cesta de alimentos.

Embora tal procedimento seja simples, existem múltiplas possibilidades empíricas a serem consideradas, mesmo quando se toma como ponto de referência as mesmas bases de dados, pois cada estudo (autor) trabalha de um modo diferente. Dessa forma, os resultados obtidos devem ser vislumbrados a partir dos pressupostos teóricos e metodológicos adotados em cada caso. Assim, ao se utilizar distintas pesquisas como fonte de informação para rendimentos, a comparação entre indicadores de pobreza fica prejudicada.

Uma vez detectada tal situação, buscou-se o estabelecimento de um parâmetro cuja ênfase e riqueza de detalhes pudessem assegurar uma cobertura dos rendimentos

qualitativamente melhor do que as pesquisas domiciliares anuais, então adotaram-se as pesquisas de orçamentos familiares. Nesse ensejo, utilizaram-se como parâmetro as informações provenientes da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD), já que esta apresenta informações mais concretas do que os censos demográficos – embora não sejam comparáveis devido à incompatibilidade da cobertura da renda nos dois tipos de pesquisa. Rocha (1996) argumenta que as estimativas de pobreza no Brasil mais usadas e apoiadas na PNAD subestimam a renda por não levar em consideração os benefícios indiretos que são relevantes em relação ao rendimento do trabalho da população de baixa renda, como vale-transporte e vale-alimentação. Conseqüentemente, tal fato, superestima a incidência da pobreza.

Outra forma de se aferir a pobreza enquanto insuficiência de renda é a adoção de um dólar por dia por pessoa para o estabelecimento da linha de indigência e de dois dólares por dia para a linha de pobreza, observada a paridade de poder de compra. Tal perspectiva, por definição pobreza absoluta, é utilizada pelo Banco Mundial e facilita a comparação da pobreza a nível internacional, porém não contempla as diferenças dos custos de vida, nem as dificuldades de aquisição de renda pelos indivíduos.

Nesse ínterim, outra discussão que se faz pertinente, ao se adotar a renda enquanto indicador-chave para aferição da pobreza é a influência dos países centrais no estabelecimento das linhas de pobreza dos países periféricos. Nos primeiros o conceito relevante de pobreza se distancia das necessidades básicas de sobrevivência e em grande medida leva em consideração o conceito de pobreza relativa, enquanto nos últimos a incidência da pobreza absoluta ainda é importante, por conseguinte, tais linhas, quando estabelecidas usando o parâmetro da pobreza relativa, não explicitam de maneira adequada o real estado de desapossamento.

Em países de renda média como o Brasil, com economia urbana e monetizada, mas onde persiste importante contingente populacional desprivilegiado, a abordagem da pobreza absoluta ainda é relevante. Em função da disponibilidade de dados, utilizar linhas de pobreza absolutas definidas a partir da composição do consumo observado em populações de baixa renda é um procedimento adequado para delimitar como indigentes e como pobres subpopulações a serem objeto de políticas públicas específicas (ROCHA, 2005, p. 17).

Por outro lado, Kageyama e Hoffmann (2006, p. 85) consideram a renda como uma variável imperfeita para se aferir às condições de vida que caracterizam a pobreza. Para eles “a renda é um indicador pouco confiável, pois as pessoas fornecem informações inexatas, os valores não são atualizados, há flutuações ao longo do ano, utiliza-se uma linha de pobreza

arbitrária e assume-se uma distribuição igualitária dentro do domicílio”. Defendem a utilização de gastos em consumo como um método mais vantajoso, em longo prazo, para a identificação dos pobres. Já Rocha (2005), afirma que a renda pode não ser a melhor medida para que se possa enfrentar a questão da pobreza em países onde o nível de desenvolvimento social e produtivo é baixo, mas no Brasil onde a economia é monetizada ela serve como medida de bem-estar das famílias.

[...] a abordagem da renda é adequada porque, desde a década de 1970, se dispõem de informações de consumo, de rendimento e de características socioeconômicas das pessoas e das famílias que permitem tanto estabelecer as linhas de pobreza a partir do consumo observado com base em pesquisas de orçamentos familiares, como utilizar esses parâmetros juntamente com as informações anuais de rendimento das Pnads, delimitando e caracterizando a subpopulação pobre. (ROCHA, 2005, p. 43).

Pode-se afirmar, contudo, que as discussões, controvérsias e limitações atribuídas ao fator renda, enquanto determinante unidimensional da pobreza, bem como o reconhecimento contemporâneo da pobreza como um fenômeno transversal, para além da esfera renda, conferiram complexidade à sua mensuração, dada à dificuldade de associação dos fatores não econômicos que são utilizados como determinantes para a condição de pobre e os riscos inerentes à não contemplação dessas distintas faces.

Tal abordagem multifacetada e pluridimensional da pobreza ao abandonar a renda enquanto indicador-chave se contrapõe, logicamente, ao método preconizado pela linha de pobreza para contemplar parâmetros que reflitam resultados efetivos em termos de qualidade de vida. Essa abordagem, por ser mais ampla, estabelece objetivos e metas para a sociedade como um todo, não delimitando uma subpopulação pobre, além de reconhecer a inter-relação existente entre diversas modalidades de carência.

As perspectivas multidimensionais levam em consideração a renda necessária para a satisfação das necessidades essenciais concernentes a diferentes âmbitos como saúde, educação e saneamento, além de conferirem relevância ao gozo dos serviços coletivos e a identificação de desvantagens ou privações vivenciadas em distintos setores da vida cotidiana e social por um indivíduo ou grupos familiares. Essa abordagem faz uso das relações sociais, ao entender que as condições de existência extrapolam os aspectos materiais e individuais. Por conseguinte, inserem uma dimensão social e política à pobreza.

Nessa perspectiva, verifica-se que a vertente pluridimensional, geralmente utiliza instrumentos de análises não monetárias, adquirindo, assim, uma conotação mais qualitativa, notadamente ao superar as noções de necessidades básicas insatisfeitas. Apoiado neste ponto

de vista, Sen (2005) desenvolveu uma nova metodologia de análise, baseado nas noções de capacidades, que leva em consideração a avaliação que o indivíduo faz da sua própria situação social e relaciona a pobreza à capacidade dos indivíduos de exercerem suas liberdades, de garantir seus direitos e de usufruir recursos coletivos.

Para Sen (2005) a renda por si só é incapaz de satisfazer as necessidades humanas, ela só tem validade quando está associada à capacidade dos indivíduos exercerem condições de vida cobiçadas, idealizadas. A renda só é relevante quando traz essa potencialidade em si. Ressalta, porém, que essa capacidade de realização está estritamente ligada e condicionada à especificidades, a certas características individuais e coletivas. Por exemplo, em um caso hipotético, um indivíduo X, com uma renda Y pode gozar de boas condições de vida na sociedade W, mas essa mesma renda pode não ser suficiente para outro indivíduo que vive na mesma sociedade e que seja acometido por alguma doença que lhe obrigue a fazer uso contínuo de medicamentos de alto custo.

Com efeito, dada a diversidade interpessoal, relacionada a fatores como idade, sexo, talentos inatos, incapacidades e doenças o conjunto de bens possuídos pode efetivamente nos dizer pouquíssimo sobre a natureza da vida que cada pessoa pode levar. Portanto, as rendas reais podem ser indicadores muito insatisfatórios dos componentes importantes do bem-estar e da qualidade de vida que as pessoas têm razão para valorizar. De um modo mais geral, a necessidade de juízos *avaliatórios* é inescapável ao comparar-se bem-estar individual ou qualidade de vida. (SEN, 2005, p. 101).

É pertinente repertoriar que a definição da pobreza enquanto privação das capacidades desenvolvida por Sen (2005), não se opõe a afirmação de que a ausência ou insuficiência de renda é uma das causas da pobreza, uma vez que a falta de renda obstrui as capacidades. Para ele a renda é um indicador válido, contudo não o melhor para mensurar o bem-estar, a qualidade de vida e as liberdades desfrutadas.

Se nossa atenção for desviada de uma concentração exclusiva sobre a pobreza de renda para a ideia mais inclusiva de privação da capacidade, poderemos entender melhor a pobreza das vidas e liberdades humanas com uma base informacional diferente (envolvendo certas estatísticas que a perspectiva da renda tende a desconsiderar como ponto de referência para a análise de políticas). (SEN, 2005, p. 34-35)

Kageyama e Hoffmann (2006, p. 82) avaliam a contribuição de Sen para o estudo da pobreza e defendem que:

Sen introduziu a idéia de que o padrão ou qualidade de vida não se mede pela posse de um conjunto de bens, nem pela utilidade a eles inerente, mas reside nas capacidades (“*capabilities*”) dos indivíduos em utilizar esses bens para obter

satisfação ou felicidade. O conceito de pobreza, então, pode assumir uma forma relativa no que se refere a quais bens são considerados indispensáveis para viver em determinada sociedade, mas tem um componente absoluto central no que se refere às capacidades.

Em síntese Sen (2005), ao elaborar estudos sobre o desenvolvimento, inaugurou um novo prisma analítico para a conceituação da pobreza. Para ele o desenvolvimento só pode ser alcançado quando os indivíduos usufruírem, de fato e de direito, as suas liberdades substantivas e para tanto faz-se necessária a promoção de políticas que reduzam a privação das capacidades. Daí emerge a relevância do conceito multidimensional da pobreza.

Trata-se, pois, de uma abordagem qualitativa que, sem negligenciar o possuir material, dá ênfase a valores de realização e de liberdade, com os funcionamentos representando um modo de se levar a vida, as capacidades e as diversas oportunidades que se apresentam a uma pessoa e entre as quais ela escolhe. No enfoque das capacidades, nem a utilidade, nem o rendimento podem ser identificados com o bem-estar. A definição de pobreza não pode, portanto, se basear no fraco nível de um ou de outro, mas, de preferência, na inadequação dos meios econômicos referentes à propensão das pessoas em convertê-las em capacidades de funcionar, e isto num ambiente social, econômico e cultural particular. (SALAMA; DESTREMAU, 1999, p. 79).

A pobreza, então, não seria definida pela carência de determinados bens, mas sim pela falta de realização de certos funcionamentos e da aquisição das capacidades correspondentes. Os funcionamentos expressam a capacidade de uma pessoa funcionar, levando em conta diferentes necessidades, como a posse e o usufruto de bens materiais, não materiais e a realização pessoal. A capacidade também mostra o conjunto de funcionamentos que reflete sobre a liberdade de uma pessoa poder eleger um outro tipo de vida (FREITAS, 2004).

Pode-se dizer que a análise das capacidades tem como foco principal o estabelecimento do bem-estar humano, respaldado pelo acesso a um padrão de vida saudável, onde os indivíduos possam exercer suas liberdades políticas e civis e gozar de todos os benefícios da cidadania. Esta análise inspirou a confecção de um novo indicador multidimensional, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em 1990. A partir daí, tanto o bem-estar quanto a pobreza passaram a ser encarados como fenômenos multidimensionais pelas políticas sociais.

O IDH se propõe a caracterizar os aspectos fundamentais do desenvolvimento humano, enfatizando as oportunidades que os indivíduos devem ter para estarem inclusos socialmente, é composto por indicadores de esperança de vida, escolaridade e renda. Juntamente com o Índice de Pobreza Humana (IPH), que combina a expectativa de vida inferior a 40 anos, a taxa de analfabetismo em adultos, a deficiência de acesso à fonte

adequada de água e a proporção de crianças abaixo do peso para sua idade – avalia longevidade, conhecimento e nível de vida – convertem-se em bons indicadores de aferição das péssimas condições de vida que caracterizam a pobreza, em um contexto pluridimensional.

Considerações finais

Esse artigo apresentou as principais tendências de caracterização da pobreza e sua consequente mensuração. Pode-se afirmar que a discussão atual procura superar a noção de desenvolvimento pautada apenas no crescimento econômico, inserindo no debate a necessidade de uma conceituação que leve em conta os aspectos multidimensionais desse fenômeno.

O conceito de pobreza é extremamente relevante no debate atual, podendo expressar desde o fator monetário absoluto, até aquele capaz de expressar as diversas modalidades de carência/desapossamento que restringem o estabelecimento do bem-estar humano. Pode-se entender a pobreza em um primeiro momento enquanto insuficiência de renda monetária para depois contemplar as necessidades não monetárias.

O reconhecimento da pobreza enquanto fenômeno múltiplo conferiu complexidade à sua mensuração, dada a dificuldade de contemplação das distintas formas de incidência e a escolha dos fatores não monetários (qualitativos) a serem utilizados para caracterizá-la, estimulando a confecção de instrumentos metodológicos claros que possam agregar as suas distintas faces e dimensões.

As recentes discussões em torno do IDH tendem a valorizar outros aspectos do desenvolvimento humano, destacando aspectos múltiplos da vida humana, combinando a expectativa de vida, analfabetismo em adultos e a longevidade. Esses, em tese, são bons indicadores para a aferição das condições de vida que caracterizam a pobreza em um contexto mais pluridimensional.

Referências

- BALTAR, Paulo Eduardo de Andrade; DEDECCA, Cláudio Salvadori; HENRIQUE, Wilnês. Mercado de Trabalho e Exclusão Social no Brasil. In: OLIVEIRA, Carlos Eduardo Barbosa; MATTOSO, Jorge Eduardo Levi (org). *Crise e Trabalho no Brasil: modernidade ou volta ao passado?* São Paulo: Scritta, 2. ed, 1996.
- BARBOSA, César; BARBOSA, Elisiana R. Oliveira; BARBOSA, Cláudio. Pobreza, Diferenciais Raciais e Educação: um estudo para as grandes regiões brasileiras. In: *VIII Semana de Mobilização Científica – Semoc*. Salvador: Universidade Católica do Salvador, 2005.
- BARROS, Ricardo Paes de; MENDONÇA, Rosane Silva Pinto de; DUARTE, Renata Pacheco Nogueira. *Bem-estar, Pobreza, Desigualdade de Renda: uma avaliação da evolução histórica e das disparidades regionais*. Rio de Janeiro: IPEA, 1997 (texto para discussão n. 454).
- CORRÊA, Ângela M. C. Jorge; CASTRO, José Marcelo. Brasil: cinco séculos de riqueza, desigualdade e pobreza. In: Impulso. *Revista de Ciências Sociais e Humanas*. Piracicaba: UNIMEP, v.12, n.27, p. 127-141, 2000.
- DUPAS, Gilberto. *Economia Global e Exclusão Social: pobreza, emprego, estado e o futuro do capitalismo*. São Paulo: Paz e Terra, 3 ed., 2001.
- FREITAS, Leana Oliveira. Ensaio Inicial sobre Pobreza e Desigualdade Social: indicações políticas para a política de assistência social. In: *Revista de Políticas Públicas/UFMA*. São Luis: EDUFMA, v.8, n.2, 2004.
- FRIEDMAN, John; SANDERCOCK, Leonie. Os Desvalidos. *O Correio da UNESCO*. Brasil: ano 23, n.5, p. 14-18, mai/95.
- KAGEYAMA, Ângela; HOFFMANN, Rodolfo. Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional. *Revista Economia e Sociedade*. Campinas: v.15, n.1(26), p. 79-112, jan-jun/06.
- MACHADO, Kenys Menezes. Uma comparação entre a renda e as abordagens multidimensionais da pobreza na Bahia. *Anais do II Encontro de Economia Baiana*. Salvador: SEI, set/06.
- MENDONÇA, Eduardo Luiz de. Reflexões Críticas sobre a Pobreza e sua Mensuração no Brasil dos Anos 1990. In: SUPERINTENDENCIA DE ESTUDOS ECONOMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Pobreza e desigualdades sociais*. Salvador: SEI, 2003.
- ROCHA, Sonia. *Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2 ed, 2005.
- _____. Do consumo observado à linha de pobreza. *Pesquisa e Planejamento Econômico*. v. 27, n. 2, p. 313-352, ago./1997.

_____. *Renda e Pobreza: os impactos do plano real*. Rio de Janeiro: IPEA, 1996 (texto para discussão n. 439).

SALAMA, Pierre; DESTREMAU, Blandine. *O Tamanho da Pobreza: economia política da distribuição de renda*. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo-SP: Cia. das Letras, 2005.

SILVA, Ana Márcia Rodrigues da; LACEREDA, Fernanda Calasans C.; NEDER, Henrique Dantas. A evolução do estudo da pobreza: da abordagem monetária à privação de capacitações. In: Bahia Análise & Dados. *Pobreza, desigualdade e ciclos econômicos*. Salvador: SEI, v. 21, n. 3, p. 509-527, jul-set/2011.

VERNER, Dorte. *Fazer com que o número de pobres tenha expressão é mais difícil do que expressar os pobres em números*. Banco Mundial, 2003.